

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**

**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

**ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS**

**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANA JÚLIA DOS SANTOS**

**GOVERNANÇA EM EMPRESAS ESTATAIS Á LUZ DA LEI 13.303/2016:**

 Um olhar para companhia de saneamento de Goiás (Saneago)

**GOIÂNIA 2020**

**GOVERNANÇA EM EMPRESAS ESTATAIS Á LUZ DA LEI 13.303/2016:**

 Um olhar para companhia de saneamento de Goiás (Saneago)\*

**GOVERNANCE IN STATE COMPANIES IN LIGHT OF LAW 13.303 /2016:**

A look at the sanitation company in Goiás (Saneago)

Ana Júlia dos Santos\*\*

Marcos Vinicius Fancelli Livero\*\*\*

**RESUMO**

O estudo tem objetivo de demonstrar o nível de governança na empresa de saneamento básico do estado de Goiás, de acordo com a Lei 13.303/2016. Para assim, estimar o nível de governança com a aplicação do indicador de governança IG-SEST, utilizando um questionário com 32 itens de avaliação, que foram respondidos com uma analise dos dados coletados de documentos que estão dispostos no site da Saneago, alcançando a nota 10 e se qualificando no nível 1, estando em acordo e evidenciando a forma da utilização dos procedimentos, podendo ser compatíveis com a prática de governança proposta pela Lei 13.303/2016, assim o estudo tem o propósito de evidenciar o resultado das realizações de aplicação da governança na atualidade.

**Palavras-chaves:** governança corporativa; saneamento; Goiás.

**ABSTRACT**

The study aims demonstrate the level of governance in the basic sanitation company in the state of Goiás, in accordance with Law 13.303/2016. To do so, estimate the level of governance with the application of the IG-SEST governance indicator, using a questionnaire with 32 evaluation items, which were answered with an analysis of the data collected from documents that are available on the Saneago website, reaching grade 10 and qualifying at level 1, offer in agreement and showing how to use the procedures, they can be compatible with a governance practice proposed by Law 13.303/2016, just as the study aims to highlight the results of the governance application achievements today.

**Keywords:** corporate governance; sanitation; Goiás.

1. **INTRODUÇÃO**

A governança corporativa tem uma grande diversidade de conceitos para ser



\* Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação do Prof. Esp. Marcos Vinicius Fancelli Livero.

\*\* Bacharelanda em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Av. Universitária, n. 1440 – Setor Leste Universitário, Goiânia-GO, CEP 74605-010. E-mail: anajulia.contabilidade@hotmail.com

\*\*\* Professor docente da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Av. Universitária, 1440 – Setor Leste Universitário, Goiânia-GO, CEP 74605-010. E-mail: fancelli@pucgoias.edu.br.

estudados, podendo ter a separação dos processos que mais se destacam sendo a guardiã de direitos dos elementos que fazem parte, sistema de relações por onde são administradas e controladas, estrutura de poder analisado nos processos e sistema normativo determina as associações internas e externas da companhia (ROSSETTI, ANDRADE, 2014 p. 138).

As empresas desde a década de 80, estão se modificando consideravelmente com relação ao mercado corporativo, com isso, a visão das estatais é de aprimorar e analisar o objetivo das companhias, para ter uma visão sobre a conexão entre as solicitações, com os direitos (ROSSETTI, ANDRADE, 2014 p. 107).

Governança corporativa possui uma variedade de áreas para se desenvolver, assim seu ambiente é dividido em quatro tipos de aplicação sendo a propriedade que se qualifica a área dos acionistas, o controle que integram as partes que controlam a companhia e administração se torna a base para as decisões e a auditória e fiscalização parte que fica com a responsabilidade na supervisão e fiscalização (ROSSETTI, ANDRADE, 2014 p. 255).

De acordo com os dados do Sistema de Informações das Estatais (SIEST), implantado pelo Ministério da Economia, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (BRASIL, 2020), existem no Brasil, 198 empresas estatais federais ativas. Deste total, 46 estão sob o controle direto da União, sendo 19 independentes e 27 dependentes do Tesouro Nacional e 152 empresas sob o controle indireto da União. Dessas últimas, 42 são subsidiárias sediadas no exterior, todas independentes. O quadro pessoal efetivo, no conjunto de empresas, totaliza 481.850 empregados.

O estudo foi fundamentado no Indicador de Governança Corporativa como Instrumento de Avaliação da Política Pública (IG-SEST), sendo o indicador de governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (IG-SEST) (SEST, 2017), tratado como recurso de acompanhamento que foi desenvolvido pela Sest, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG). Foi adaptado para a sua aplicação na Companhia de Saneamento de Goiás S.A, Saneago.

Nesse contexto, tem-se como objeto deste estudo a empresa de saneamento do Estado de Goiás (SANEAGO). De acordo com o Boletim Informativo da empresa, publicado em dezembro de 2018, com seus objetivos, projetos, metas e ações, a companhia busca promover a sustentabilidade que guia o crescimento da companhia e a orientação do caminho para transformar o saneamento ambiental em Goiás, com o desafio de universalizar o atendimento de água tratada, com auxílio em serviços de esgoto sanitário no Brasil (SANEAGO, 2018).

Todos esses fatos e situações sinalizam a extensão, a complexidade e a importância das empresas estatais federais no âmbito da economia brasileira. A longa tradição de atuação, conjugada com uma ampla diversificação setorial, e associada a um número expressivo de repercussões sobre fatores essenciais ao desenvolvimento do país, impõe a necessidade de um entendimento sobre esse conjunto de empresas (SILVA; SCHIMDT; KLIASS, 2019, p. 13).

Como também evidencia (Lazzarini, 2019), considerando a execução de políticas públicas por estatais, é preciso discutir profundamente como aumentar sua eficácia e eficiência. Nesse sentido, o autor considera que houve avanços relevantes com a edição da Lei n. 13.303, de 30 de junho de 2016.

Bragagnoli (2019, p. 12) reforça que para além de cumprir as prescrições do art. 173, §1º da Constituição Federal, a lei, ao dispor sobre o estatuto jurídico das empresas estatais, promoveu alterações profundas, passando pelos requisitos mais qualificados “para a latente luta contra a corrupção e seus modernos instrumentos de combate”.

Assim, a essência é a transparência, entendida, como interpreta Ferraz (2018, p. 5), na concepção da publicidade, de forma ativa, com a “divulgação ampla e geral de atos e fatos da vida empresarial”, bem como passiva, relacionado ao “acesso do público às informações relativas a tais atos e fatos eventualmente não divulgados amplamente e em caráter geral”.

Contudo, ainda persistem lacunas na legislação. A principal delas diz respeito aos direcionamentos claros para definir os objetivos sociais das estatais, deixando brechas para que governos de diferentes espectros ideológicos tentem interferir na estratégia dessas organizações para fins populistas, como nos preços da gasolina em refinarias ou das taxas de juros em bancos, por exemplo. Isso reflete o contínuo e necessário aprendizado sobre como garantir autonomia gerencial às estatais, preservando, ao mesmo tempo, a busca por variáveis de interesse público (LAZZARINI, 2019, p. 12).

Nesse cenário, sobressai a área de saneamento básico que assume representatividade, uma vez que incorpora, no seu marco regulatório, o arcabouço técnico e normativo precípuo dos mecanismos de governança. A Lei nº 11.445/2007 que trata diretrizes nacionais para o saneamento básico estabelece, no art. 2º, as seguintes metas: (i) universalização do acesso; (ii) articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional; (iii) habitação; (iv) combate à pobreza e sua erradicação; (v) proteção ambiental; (vi) promoção da saúde; (vii) aumento da qualidade de vida; (viii) sustentabilidade econômica; além do uso de tecnologias apropriadas, tarifas economicamente viáveis aos usuários e soluções que visem a integração das infraestruturas e serviços aliados com a gestão dos recursos hídricos, com incentivo ao consumo.

De acordo com as informações apresentadas na Carta Anual de Governança Corporativa e Políticas públicas, referente ao exercício de 2019, divulgada pela empresa em 02 de agosto de 2019, a Saneago tem desenvolvido mecanismos para o fortalecimento das diretrizes de governança, processo que teve como ponto de partida a elaboração do Planejamento Estratégico, em 2007, com o advento do marco regulatório implantado pela 11.445/2007 (SANEAGO, 2019).

A Companhia declara também que possui mecanismos e procedimentos internos de integridade destinados à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados, que incluem políticas internas de prevenção, especialmente o código de conduta e integridade. Dispõe de Regulamento dos procedimentos de Contratação; Regimento Interno do Conselho de Administração, bem como políticas, tais como Política de Porta Vozes, Comunicação e Divulgação de Informação; Política de Prevenção de Conflitos de Interesse; Política de Acesso à Informação; Política de Patrocínio; Política de Prevenção de Atos de Corrupção (SANEAGO, 2018, p. 23).

Conforme divulgado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABE), em 2019, a Saneago recebeu, pelo terceiro ano consecutivo, o Prêmio Nacional da Qualidade no Saneamento (PNQS). A Companhia foi uma das vencedoras na categoria, sendo colocada como uma das Melhores em Gestão no Saneamento Ambiental, com solenidade ocorrida em Salvador (BA) (Amegsa) (ABES, 2019).

Considerando, portanto, os elementos indicativos de implantação e desenvolvimento da governança empreendida pela empresa, e o delineamento da problemática demonstrado, apresenta-se a seguinte questão: qual o nível de governança adotado pela SANEAGO, em conformidade com a Lei n. 13/303/2016?

Com esse encaminhamento o escopo do estudo assume um caráter geral e amplo, com o propósito fundamental de apresentar um diagnóstico do estágio atual de implantação da governança, em consonância com a legislação correlata, e com os princípios e normas técnicas, gerenciais e operacionais que norteiam a atuação e desempenho das empresas de saneamento básico no Brasil.

1. **REFERENCIAL TEORICO**

Apresentam-se, a seguir, o contexto estrutural deste artigo, as bases teóricas que subsidiam o estudo. Na primeira seção trata-se do saneamento e a Lei Federal nº 11.445/2007. Na segunda seção demonstra a estrutura e o papel da Saneago. Na terceira seção trata sobre a Governança Corporativa e seus benefícios e por fim na quarta seção destaca a importância dos níveis de governança.

## GOVERNANÇA COORPORATIVA

Nas últimas décadas do século XX, ocorreu um novo estágio de inovação no modo de gestão de organizações representado pelo propósito de buscar um novo sistema de decisão e de sustentação organizacional, portanto, a expansão de novos conhecimentos, produtos e processos decorrentes do progresso científico e tecnológico promoveram mudanças estruturas sociais, modos de comportamento e atitudes mentais. Nesse contexto, a Governança Corporativa representa marco do século XX, para contribuir com a reformulação de um sistema decisório mais equânime, a partir de utilização de novas práticas pelos gestores, que venham favorecer os interesses dos principais *stakeholders* (SALOMON; SAGASTI & SACHS-JEANTET, 1993).

Na passagem do século XX para o XXI, foram estabelecidos modelos monocráticos que demonstram modificações corporativas semelhantes aos princípios doutrinários. Ao final da primeira década do século XXI, o sistema de governança referente às organizações brasileiras se encontrava com pequeno numero de empresas em crescimento mundial e com pouca visibilidade na bolsa, mas com uma existência intensa de empresas com sedes de fora do Brasil (ROSSETTI, ANDRADE, 2014 p. 401,419).

A governança obteve modificações relacionadas a economia de modo que nos anos 80, teve incertezas sobre os princípios estratégicos, para que ocorre uma crescente na economia, que ocasionou a analise dos custos e benefícios advindos dos mercados, com o limite proposto pelo Estado, com uma base estratégica de abertura, integração e privatização, sendo a globalização elemento essencial da regulamentação geopolítica. (ROSSETTI, ANDRADE, 2014 p. 404)

A base para as empresas é ter um bom sistema de governança, que consolida a estrutura da entidade para novos níveis mais complexos, se transformando em uma crescente da economia assim se tornando mais econômica. No século XXI, a governança se encontrou em um novo momento, ao ter que se atualizar em referencias para garantir ideias e princípios da alta gestão da governança (ROSSETTI, ANDRADE, 2014 p. 18).

Atualmente, de acordo com Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, (IBGC, 2016), as práticas da Governança Corporativa tem assumido função fundamental na administração das cooperativas, com o propósito de coordenar os processos e potencializar o tempo e os recursos gerenciais diversos.

Os Estados Unidos e o Reino Unido foram os primeiros a aplicar a governança corporativa, nota-se que a parte acionista não tinha o costume de proporcionar amparo aos gestores, ou semelhantes, utilizando somente o equity e o mercado de capitais, que supre as devidas falhas de recursos (ROSSETTI, ANDRADE, 2014 p. 127).

Pode-se possuir três poderes que são essenciais para a para o sistema de relações entre os agentes e os órgãos constituídos no meio da governança. Em primeiro se tem os proprietários que reservam os principais princípios e propósitos empresariais que guardam os valores corporativos, assim se tem a diretoria executiva que se faz a elaboração das estratégias e das politicas corporativas (ROSSETTI, ANDRADE, 2014 p. 262 e 263).

O conselho de administração é essencial para o desenvolvimento da governança, sendo a força interna de controle, tendo a atribuição no sistema de governança, em seu tamanho e composição e sua eficácia, tendo atuação no processo decisório de controle, e para a diretoria executiva tudo se é garantido de acordo com as decisões de gestão. Entretanto se pode evidenciar que ele tem uma grande participação na fiscalização da estratégica, na avaliação dos resultados e na decisão (ROSSETTI, ANDRADE, 2014 p. 244).

No auxilio das informações fidedignas, a governança possui o auxilio de alguns órgãos, que estão ligados a dois motivos como a existências de fraudes no mercado e nas pressões dos investidores. Utilizando o conselho fiscal para a fiscalização das atividades dos administradores, com as opiniões referente as administrações sobre suas propostas e os relatórios anuais, podendo denunciar e oferecer informações consideráveis (ROSSETTI, ANDRADE, 2014 p. 270).

O comitê de auditoria tem o papel de supervisionar as rotinas contábeis juntamente com seus resultados, fazer relação das atividades da administração com o estatuto social, e estar em investigação das informações, para qualquer duvida seja desenvolvida. A terceira base é a auditoria independente, que analisa as demonstrações contábeis e estabelece a linha direta com as normas vigentes e fazer as devidas recomendações das administrações. Por fim se tem a auditoria interna que é relevante no controle interno, gerenciando os riscos operacionais para evitar fraudes e diminuir os erros (ROSSETTI, ANDRADE, 2014 p. 272).

De forma a implementar os princípios de governança citados por Cardoso (2016), a Saneago possui em seu Organograma a Superintendência de Governança subordinada à Presidência, subdividindo-se em Gerência de *Compliance*, Gerência de Gestão de Riscos e Gerência Executiva de Apoio à Governança, além dos Conselhos de Administração e Fiscal. (SANEAGO, 2020)

## NÍVEIS DE GOVERNANÇA

Em 1995, foi idealizado pelo administrador de empresas Bengt Hallqvist e pelo professor e consultor João Bosco Lodi, com a intenção de apoiar os conselhos de administração, conhecido como Instituto Brasileiro de Conselhos de Administração (IBCA). Com o passar dos anos e com as preocupações com a governança, foi se ampliando as diversas questões de aprimoramento de divisões dentro das empresas, assim para acompanhar essas mudanças em 1999, sua nomenclatura foi modificada para Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Assim para alcançar o propósito, tendo uma governança coorporativa melhor terá uma sociedade próspera, o IBGC define quatro princípios básicos, a serem seguidos: Transparência, Equidade, Prestação de Contas (*accountabilit*y), e Responsabilidade Corporativa.

A transparência se refere ao modo de passar as informações pertinentes e impostas por leis e regulamentos; a equidade, à forma justa e igualitária para todos a prestação de contas (*accountability),* diz respeito à demonstração de como os recursos foram aplicados, e por ultimo, a responsabilidade corporativa, que estabelece o zelo do patrimônio como todo (IBCG, 2020).

A Lei Federal nº 13.303/2016 tem como propósito revigorar os pilares da governança corporativa, e proporcionar formas de controlar, promover a transparência e a prestação de contas à sociedade e aos órgãos reguladores, seguidas de boas práticas já representadas por empresas de padrão global. Propicia, então, a realização do plano estratégico e o alinhamento dos modelos de gestão (DELOITTE, 2018),

Equidade é outro principio do IBGC, que procura proporcionar equivalência na forma de promover os pequenos grupos e fazer relação com os sócios e demais interessados como os *stakeholders,* considerando de forma justa e com imparcialidade na discursão dos direitos e deveres de ambos (IBGC, 2018).

A prestação de contas (*accountability*) determina que todos devem fazer a prestação das suas contas, de forma clara e sucinta, onde esteja determinada o que será de reponsabilidade de suas atitudes e verdades (SILVA, E., 2016).

O ultimo principio é a Responsabilidade Corporativa, onde tem o dever de estar em união aos conselheiros e executivos da organização, para que possa administrar de acordo com a vida longa das organizações, assim sempre estar em união ao meio ambiente e social, para que a sua visão sobre o conceito empresarial seja globalizante de acordo com os relacionamentos da organização (IBGC, 2007 p. 12).

Neste contexto da responsabilidade corporativa, existem alguns fundamentos que são utilizados para as observações essenciais, um exemplo são as cobranças relacionadas aos ativistas que defendem as boas práticas da governança e o mercado, que sugerem as exigências relacionadas às pessoas que estão lutando por uma causa social e exigem que a organização faça prestação de contas aos investidores que estão relacionados a ela. (ROSSETTI, ANDRADE, 2014 p. 119)

Atualmente o Governo Federal, através do Ministério da Economia e sua Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, certifica suas empresas estatais federais (dependentes e não dependentes) através dos seus níveis de Governança. Através do IG-SEST, que é um instrumento para acompanhamento contínuo do desempenho das empresas estatais federais e mensuração do cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei Federal nº 13.303/2016, é possível identificar o nível de excelência e as melhores práticas implementadas nessas empresas, possuindo quatro níveis, onde o um é a classificação alta em relação à performance da Governança. (SEST, 2017)

* 1. SANEAMENTO

Saneamento básico é composto pela junção de critérios, que unidos servem para a prevenção de doenças e proporcionar a saúde e melhor qualidade de vida (BATISTA, 2012 p 9). De acordo com o regimento da Lei Federal nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, fundamentando um princípio fundamental que é o de garantir a prestação dos serviços de saneamento básico para a população. Assim, para garantir que estejam praticando os princípios da governança, no que se diz respeito à suavização de enfrentamento de interesses entre entes ligados, a citada Lei determinou ainda práticas de saneamento básico e a obrigação da fiscalização da governança, sendo considerado o registro, ao fato de que o abastecimento de água e o esgotamento sanitário estão entre as funções mais pobres do setor saneamento básico (GALVÃO JR., 2009).

No Brasil, há uma deficiência no setor de saneamento básico, acima de tudo, nas áreas periféricas, onde se concentram as pessoas mais pobres. Atualmente, existem aproximadamente 100 milhões de cidadãos que não possuem acesso a tratamento de esgoto (BRASIL, 2011). Tema que ficou latente entre as discussões sociais para melhoria da saúde pública na pandemia de COVID-19.

Saneamento é um principio ético, sendo o serviço fundamental da sobrevivência e bem estar do ser humano (GALVÃO JR., 2009). Deve ser responsável por esgotamento sanitário, limpeza, drenagem e abastecimento de agua potável, (BRASIL, 2007). Alterada em julho de 2020 pela Lei Federal nº 14.026, a Lei nº 11.445 passa a reger que a conscientização do consumo referente água, com relação à redução e ao controle eficaz de perdas e em relação a racionalização e consciência do desperdício de água.

Ainda perante a citada Lei, convém o ditado no inciso I do art. 9º que o titular dos serviços públicos de saneamento básico, além de formular a política de saneamento básico, deverá elaborar os planos de saneamento básico, bem como estabelecer metas e indicadores de desempenho e mecanismos de aferição de resultados. Destaca-se ainda o que preconiza o art. 19 que observa a existência e necessidade do plano regional de saneamento básico, desdobrando-o em sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos, objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais, ações para emergências e contingências e mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas (BRASIL, 2020).

 Além de ser um recurso vital e necessário, a água é um produto que deve ser administrado eficientemente e com transparência pelos prestadores regionais e, sua gestão ser devidamente fiscalizada para o atendimento dos princípios fundamentais da prestação de saneamento básico.

## SANEAGO

A Saneago, é uma companhia de saneamento básico, concessionária de serviços de saneamento básico em Goiás e cuja fundação remonta ao ano de 1967, com origem na Lei Estadual nº 6680/67. Possui cerca de 5.799 funcionários e é responsável pela prestação de serviços de saneamento básico em 226 municípios goianos. Em 2001 obteve seu registro aprovado como companhia aberta categoria “B” junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Seu primeiro planejamento estratégico ocorreu em 2007, após a aprovação da lei que estabelece as diretrizes de saneamento básico (SANEAGO, 2020).

Existem grandes estatais de saneamento básico, espalhadas por todo território brasileiro, cada estatal de saneamento básico possui seu planejamento estratégico que é regido pela lei federal nº 13.303/2016, abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, estabelecendo ainda as estratégias, normas, procedimentos e sanções para a instituição (BRASIL, 2016).

A lei estabelece três principais dimensões: a transparência, a governança corporativa e *compliance,* focando no padrão fundamental de inovar, proporcionando melhor acompanhamento e controle pela população, em vista dos objetivos para os quais as mesmas fossem criadas (CARDOSO, 2016).

Para demonstrar seu desempenho as estatais devem publicar em seu site oficial, a Carta Anual de Governança Corporativa. A Saneago em sua ultima publicação, no ano de 2018, mostra como foi a adequação do seu planejamento estratégico, válido no período de 2018-2022, e tem o objetivo de universalizar o atendimento de água tratada e se tornar a referencia em saneamento. Assim evidencia-se, portanto, que a área de saneamento básico representa um setor que agrega as ações estatais de grande relevância para a população de um modo geral, e que incorpora forma precípua, a necessária adequação aos princípios da governança (SANEAGO, 2018).

Porquanto, há de se conhecer a Governança Corporativa e o nível o qual se encontra esta empresa visto sua visibilidade no mercado de capitais.

# METODOLOGIA

Os procedimentos a serem utilizados compreendem pesquisa bibliográfica, e levantamentos de documentos de domínio público divulgados pela empresa em seu site oficial, inseridos nas informações institucionais - “Governança Corporativa”, link: <https://ri.saneago.com.br/>

Para a coleta de dados foi desenvolvido um questionário composto de 32 itens de avaliação. O questionário tem como base os parâmetros do IG-SEST, relacionado às empresas estatais federais.

O Indicador de Governança – IG SEST está agrupado em Dimensões, estruturados em “camadas”, sendo a Dimensão I - Gestão, Controle e Auditoria; II - Transparência das Informações; e III - Conselhos, Comitês e Diretoria. Cada dimensão é composta de “blocos”, com temas específicos. Por fim, são definidos os itens de avaliação, atribuição de pesos, conforme o grau de relevância.

Na sequência, é gerada uma planilha em Excel com os itens de avaliação, que receberão uma das seguintes respostas: i) “Sim”, correspondente à nota 1, quando o item for evidenciado; ii) “Não”, correspondente à nota 0, caso o item não seja evidenciado; iii) “N/A”, quando o item não for, por motivo justificado, aplicável à empresa, hipótese que não interferirá na pontuação.

 Diante da avaliação, é calculado o indicador de governança, com base nas equações a seguir:

* Índice Bloco = Σ(Item de Avaliação x Peso Item de Avaliação)

 Σ Peso Item de Avaliação

* Índice Dimensão = Σ(Bloco x Peso Bloco)

 Σ Peso Bloco

* Indicador de Governança = Σ(Dimensão x Peso Dimensão)

 Σ Peso Dimensão

Ao final, são atribuídas notas (de 0 a 10), estabelecendo os níveis de governança avaliados, como demonstrado a seguir:

**Quadro 1 - Nota Nível de Governança**



**Fonte: SEST (2017)**

# RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a realização da pesquisa, foi adotado o método de IG-SEST, realizado com adaptação para ser aplicado um filtro dos principais assuntos e obrigatoriedades dispostas pela Lei Federal nº 13.303/2016, sendo realizada uma pesquisa com documentos bibliográficos, que estão dispostos no site da Saneago.

A Saneago, tem sua sede em Goiânia, por ser uma empresa brasileira de economia mista e de capital aberto, sem ações em circulação e/ou negociação no mercado, foi constituída pela Lei Estadual 6.680 de 13 de setembro de 1967, regida pelo seu estatuto social e pela legislação aplicável. Tem o objetivo de levar saneamento para todos e promover qualidade de vida para a população, a Saneago busca a universalização dos serviços de água e esgoto através cooperação entre os entes da federação (SANEAGO, 2019).

A empresa estatal possui uma longa tradição de atuação no desenvolvimento de políticas públicas setoriais no Brasil. Estas corporações desempenham funções e atividades associadas ao financiamento do investimento mediante mercados de crédito e capital, ao desenvolvimento de diversos segmentos industriais intensivos em tecnologia e inovação, à matriz energética (elétrica, petróleo e gás), à logística (rodoviária, ferroviária, aeroportuária e aquaviária), à pesquisa científica e tecnológica e a diversos outros segmentos relevantes para a estratégia nacional de desenvolvimento (BRAGAGNOLI, 2019).

Para que a análise seja realizada, inicialmente segregou-se as atividades em dimensões, sendo a dimensão I: gestão, controle e auditoria, dimensão II: transparência das informações e dimensão III: conselhos, comitês e diretoria. Em seguida foram realizadas as classificações das dimensões de acordo o grau de relevância, dos blocos com o grau de acurácia e dos itens de avaliação conforme sua complexidade.

A partir da segregação anterior, as dimensões foram divididas em blocos e em itens de avaliação, onde todos são compostos por pesos. Nas dimensões os pesos são formados pelo grau de relevância exposto pelo quadro 2, sendo:

**Quadro 2 - Grau Relevância - Dimensão**

|  |  |
| --- | --- |
| Grau de Relevância | Peso |
| Alto | 4 |
| Médio | 3 |
| Baixo | 2 |

**Fonte: SEST (2017)**

Em segundo estudo foi classificado os blocos, que são compostos avaliados por grau de acurácia:

**Quadro 3 - Grau de Acurácia - Bloco**

|  |  |
| --- | --- |
| Grau de Acurácia | Peso |
| Alto | 3 |
| Médio | 2 |
| Baixo | 1 |

 **Fonte: SEST (2017)**

Os blocos são separados por itens de avaliação que são considerados pelo grau de complexidade:

**Quadro 4 - Grau de Complexidade – Item de avaliação**

|  |  |
| --- | --- |
| Grau de Complexidade | Peso |
| Alto | 5 |
| Médio | 3 |
| Baixo | 1 |

 **Fonte: SEST (2017)**

A pesquisa foi desenvolvida com a aplicação de 32 itens de avaliação, em 10 blocos e 3 dimensões, conforme demonstra o Anexo A e o quadro 5:

**Quadro 5 – Segregação da Avaliação: Dimensões, blocos e itens de avaliação.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Dimensão (3) | Bloco (10) | N° Itens de Avaliação (32) |
| GESTÃO, CONTROLE E AUDITORIA | Gestão por Metas | 1 |
| Gestão de Riscos | 4 |
| Controles Internos | 2 |
| Auditoria Interna | 1 |
| Código de Conduta e Integridade | 6 |
| TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES | Requisitos Mínimos de Transparência | 7 |
| CONSELHOS, COMITÊS E DIRETORIAS | Treinamento para Administradores | 2 |
| Comitês | 2 |
| Requisitos e Vedações | 5 |
| Membros Independentes | 2 |

 **Fonte: Elaborado pela pesquisadora.**

Em análise da dimensão I, o resultado da aplicação nas áreas de gestão, controle e auditoria, foi dividida em 5 blocos, entre eles o que é relevante em relação ao grau de acurácia dos itens avaliados foi o bloco relacionado a Gestão de Riscos, Controle Interno, Auditoria Interna e Código de Conduta, estes blocos estão amparados pelas gerências de *Compliance* e de Gestão de Riscos, de acordo com o regimento interno, que trabalhão na elaboração de matrizes de riscos, assim com o objetivo de clarificar os riscos, as práticas utilizadas de controle interno é propor e programar ações junto aos administradores e empregados, por meio de práticas cotidianas.

Na dimensão II, trata-se da transparência na publicação das informações pertinentes referenciadas a Lei 13.303/2016, como no item de avaliação 16 (Anexo A) refere-se ao Artigo 8°, que deverão seguir os requisitos de transparência sobre a disponibilidade ao público a política de divulgação de informações relevantes, onde alcançou o grau de relevância alto, com o peso 4 (quadro 1), assim demonstrando o compromisso em estar a frente do registro de todas as suas transações comerciais e financeiras, com transparência e regularidade, sempre efetuando tais atos em livros e registros contábeis oficiais.

A dimensão III, está relacionada aos conselhos, comitês e diretorias, onde são analisadas as formas de preparo dos diretores, administrativos, comitês e membros independentes, referente aos serviços, para avaliação da companhia, podendo dispor do auxílio metodológico e procedimental do Comitê de Auditoria Estatutário.

Diante da avaliação, é calculado o indicador de governança, após analisar a sequência, que foi gerada uma planilha em Excel com os dados, que receberão uma das seguintes respostas: i) “Sim”, correspondente à nota 1, quando o item for evidenciado; ii) “Não”, correspondente à nota 0, caso o item não seja evidenciado; iii) “N/A”, quando o item não for, por motivo justificado, aplicável à empresa, hipótese que não interferirá na pontuação.

Ao calcular os devidos indicadores, o resultado obtido, tanto no índice bloco, índice dimensão e indicador de governança se classificam em nível 1, obtendo as notas 10 no indicador de governança (quadro 6), assim o índice bloco obteve nota 9,87 e dimensão 9,63, evidenciando que a forma de averiguar o cumprimento com a lei, esta de acordo com as praticas da boa governança, a transparência com o usuário e que possui uma gestão de extrema excelência.

**Quadro 6: Metodologia Utilizada com Excel para fazer o Indicador de Governança**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Dimensão** | **Nota X Peso** | **Total** |
| I | 1 X 3 | 3 |
| II | 1 X 4 | 4 |
| III | 1 X 3 | 3 |
| Indicador de Governança | 10 |

 **Fonte: Elaborado pela pesquisadora.**

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para demonstrar que o andamento da aplicação da Lei 13.303/2016 na estatal deve ter o auxílio de ferramentas de governança, assim associadas aos seus níveis de transparência nas informações, obtendo gestão, assumindo o controle e a auditoria nas estruturas e aplicando a qualificação aos administradores, por serem a base da boa governança.

A pesquisa realizada, é uma adaptação que foi baseada no método proposto pela SEST, onde demonstrou qual o nível de governança da Companhia de Saneamento Básico de Goiás S.A, Saneago, empresa estatal estudada, onde se porta com a nota máxima, se enquadrando no nível 1 com a nota 10, sendo classificados como o melhor nível de governança, mediante a metodologia utilizada.

Expressa o bom funcionamento na adequação com a lei, em determinados itens de avaliação, destacando a performance em geral, assim a dimensão III, que não evidencia o determinado posicionamento com a realidade da governança das estatais tendo o desenvolvimento relacionado as práticas adotadas de governança, as dificuldades encontrasse nas diversas áreas que ficaram dispostas os artigos, claros e expostos para o publico.

Nesta condição, fica em aberto para futuros trabalhos, a sugestão de reaplicação do questionário para a comparativamente com empresas de outras áreas de aplicação de serviço, e na evolução da companhia podendo ocorrer uma melhora nas questões avaliadas para alcançar o objetivo não somente com a expressão da compatibilidade com a Lei 13.303/2016, mas com decretos, regulamentos internos e externos das empresas de saneamento. Mediante isso, a averiguação das práticas de governança utilizada, ou não, e a relação das empresas, em relação as políticas públicas que estão ligadas.

# REFERÊNCIAS

ABES, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. **PNQS 2019: Vencedoras comemoram reconhecimento.** Disponível em: <http://abes-dn.org.br/?p=31578>. Acesso em: 11 mai. 2020.

BERLE, A. A.; MEANS. G. C. ***The Modern Corporation and private property.*** New Brunswick, Nova Jersey, 1997 (First Published 1932). Disponível em: <https://www.repository.law.indiana.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=5120&context=ilj.Acesso> em: 11 mai. 2020.

BRAGAGNOLI, R. L. Lei 13.303/2016**: reflexões pontuais sobre a lei das estatais. Pinhais:** Editora JM, 2019. Disponível em: <https://www.jmleventos.com.br/arquivos/editora/pdf/EBOOK_GRUPO_JML_Reflexoes_pontuais_sobre_a_Lei_das_Estatais.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

BRASIL. **Estatais de saneamento podem valer até R$ 139 bilhões se privatizadas**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/ultimas-noticias/3970-estatais-de-saneamento-podem-valer-ate-r-139-bilhoes-se-privatizadas>. Acesso em 17 maio 2020.

\_\_\_\_\_\_, **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.** **Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: 17 maio 2020

\_\_\_\_\_\_**, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.** Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm>. Acesso em: 09 maio 2020.

\_\_\_\_\_\_, Ministério das Cidades. Panorama do saneamento básico no Brasil. In: HELLER, L. H. (Coord. Geral); MORAES, L. R. S.; SILVA, A. G. L.; DIAS NETO, A. A.; BORJA, P. C.; PRUDENTE, A. A.; ROCHA, L. S. **Análise situacional do déficit em saneamento básico. Brasília:** Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, 2011. v. 3. Disponível em: <https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/PlanSaB/PANORAMA_Vol_3.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020

\_\_\_\_\_\_. **Panorama das Estatais**. Ministério da Economia, Planejamento e Gestão. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/empresas-estatais/panorama>. Acesso em: 15 de mar. 2020.

CARDOSO, Andre Guskow. Governança corporativa, transparência e compliance nas empresas estatais: o regime instituído pela Lei 13.303/2016. **Informativo Justen, Pereira, Oliveira e Talamini,** Curitiba n° 11, outubro de 2016. Disponível em: <http://www.justen.com.br/informativo>. Acesso em: 17 maio 2020

DELOITTE. **Governança em empresas estatais Desafios e estratégias para adequação aos requerimentos da Lei nº 13.303/16,** 2018. Disponivel em: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Documents/risk/Pesquisa-Deloitte-Governan%C3%A7a-Estatais-Relatorio.pdf>. Acesso em: 17 maio 2020.

FERRAZ, S. Das regras de governança corporativa, transparência e gestão de riscos. **Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura,** v. 7, n. 29, p. 109-137, 2018. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/biblioteca/servicos-e-produtos/revistas-juridicas/revista-de-direito-administrativo-e-infraestrutura>. Acesso em: 11 mai. 2020.

GALVAO JR., A. C.; PAGANINI, W. S. **Aspectos conceituais da regulação dos serviços de água e esgoto no Brasil**. Eng. Sanit. Ambient., v. 14, n. 1, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/esa/v14n1/v14n1a09.pdf>. Acesso em: 17 maio 2020.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2BJvXWC>. Acesso em: 22 abril 2020.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **O que é governança corporativa**. São Paulo: IBGC, 2020 . Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>. Acesso em: 09 maio 2020.

LAZZARINI, S. Prefácio. In: Empresas Estatais**: políticas públicas, governança e desempenho**. (Orgs) Mauro Santos Silva, Flávia de Holanda Schmidt, Paulo Kliass.. Brasília, IPEA, 2019. 408 p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/191125_livro_empresa_estatal_no_brasil.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2020.

NUNES, P. R. C. **Práticas de governança, fatores institucionais e empresariais e o desempenho na prestação de serviços públicos no setor de saneamento básico**. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.cge.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2018/04/Pr%C3%A1ticas-de-governan%C3%A7a-fatores-institucionais-e-empresariais-e-o-desempenho-na-presta%C3%A7%C3%A3o-de-servi%C3%A7os-p%C3%BAblicos-no-setor-de-saneamento-b%C3%A1sico-1.pdf> Acessado em: 09 maio 2020.

ROSSETTI, José Paschoal; ANDRADE, Adriana. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências.** 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SALOMON, J. J; SAGASTI, F.; SACHS-JEANTET, C. Da tradição à modernidade. **Revista Estudos Avançados** IEA/USP, 7(17), 7-32, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9610/11179>. Acesso em11 mai. 2020.

SANEAGO. **Carta Anual de Governança Corporativa e Políticas Públicas, referente ao exercício de 2018,** /.Disponivel em: <https://www.saneago.com.br/indicadores/arquivos/Carta_Anual_Governanca_Corporativa.pdf>. Acesso em: 09 maio 2020.

SANEAGO. **Carta Anual de Governança Corporativa e Políticas Públicas, referente ao exercício de 2019,** /.Disponivel em: <https://www.saneago.com.br/indicadores/arquivos/Carta_Anual_Governanca_Corporativa.pdf>. Acesso em: 15 de setembro 2020.

SANEAGO. História Institucional 2020. Disponivel em: <https://www.saneago.com.br/#/institucional/historia>. Acesso em: 09 maio 2020.

SARTORI, R**. Governança em agentes de fomento dos sistemas regionais de CT&I**. 2011. 227 p. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2012/01Tese-Rejane.pdf>. Acesso em: 20 abril 2020.

SEST – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais. **Indicador de**

**governança IG-SEST**: regulamento. [Brasília]: SEST, 2017. Disponível em: https://www.legiscompliance.com.br/images/pdf/regulamento\_ig\_sest.pdf.Acesso em 20 abr. 2020.

SILVA, M. S; SCHMIDT, H. F; KLIASS. Introdução. In: **Empresas Estatais: políticas públicas, governança e desempenho.** (Orgs) Mauro Santos Silva, Flávia de Holanda Schmidt, Paulo Kliass.. Brasília, IPEA, 2019. 408 p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/191125_livro_empresa_estatal_no_brasil.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2020.

SILVA, A. P. M; NUNES, P. R. C. Nível de governança das empresas estatais controladas pelo estado do Ceará à luz da lei 13.303/2016 e decretos estaduais regulamentadores**. Revista Contemporânea de Economia e Gestão.** v. 17.n.3 set/dez/, 2019. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/contextus/article/view/41664>. Acesso em: 20. Abr. 2020.

SILVA, E. C. **Governança corporativa nas empresas: guia prático de orientação para acionistas, investidores, conselheiros de administração e fiscal, auditores, executivos, gestores, analistas de marcado e pesquisadores.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

**ANEXO A – Dimensões, Blocos e Itens de Avaliação com respectivos pesos**

**DIMENSÃO I: GESTÃO, CONTROLE E AUDITORIA – Peso 3**

Bloco 1.1 – Gestão por Metas – Peso 2

1. Assunção de compromisso com metas e resultados específicos pelos membros da Diretoria (Lei 13.303/16, art. 23). Peso 3

Bloco 1.2 – Gestão de Riscos – Peso 3

2. Possui área responsável pela gestão de riscos (Lei 13.303/16, art. 9º, II e § 2º). Peso 5

3. Possui área responsável pela gestão de riscos segregada das demais atividades (Lei 13.303/16, art. 9º, II e §2º). Peso 5

4. Possui área responsável gestão de riscos vinculada ao Diretor-Presidente (Lei 13.303/16, art. 9º, II e § 2º). Peso 5

5. Possui área responsável de gestão de riscos liderada por Diretor-Presidente ou Diretor Estatutário (Lei 13.303/16, art. 9º, II e § 2º). Peso 5

Bloco 1.3 – Controles Internos – Peso 3

6. Implementa práticas cotidianas de Controles Internos para os seus administradores (Lei 13.303/16, art. 9º, I). Peso 5

7. Implementa práticas cotidianas de Controles Internos, para os seus empregados (Lei 13.303/16, art. 9º, I). Peso 5

Bloco 1.4 – Auditoria Interna – Peso 3

8. A Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração (Lei 13.303/16, art. 9º, § 3º). Peso 5

Bloco 1.5 – Código de Conduta e Integridade – Peso 3

9. Possui e divulga o Código de Conduta e Integridade na forma prevista na Lei 13.303/16, art. 9º, § 1º). Peso 5

10. Realiza treinamentos periódicos sobre o tema aos administradores (Lei 13.303/2016, art. 9º, § 1º, VI). Peso 5

11. Realiza treinamentos periódicos sobre o tema aos empregados (Lei 13.303/2016, art. 9º, §1º, VI). Peso 5

12. Disponibiliza canal que possibilite o recebimento de denúncias internas relativas ao seu descumprimento, bem como das demais normas internas de ética e obrigacionais (Lei 13.303/16, art. 9º, §1º, III). Peso 5

13. Disponibiliza canal que possibilite o recebimento de denúncias externas relativas ao seu descumprimento, bem como das demais normas externas de ética e obrigacionais (Lei 13.303/16, art. 9º, §1º, III). Peso 5

14. Dispõem de mecanismos de proteção que impeçam qualquer espécie de retaliação à pessoa que utilize o canal de denúncias (Lei 13.303/16, art. 9º, § 1º, IV). Peso 5

**DIMENSÃO II: TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES – Peso 4**

Bloco 2.1 – Requisitos Mínimos de Transparência – Peso 3

15. Publica a Carta Anual de Governança Corporativa em seu sítio eletrônico (Lei 13.303/16, art. 8º, VIII e §4º, art. 1º, §1º). Peso 5

16. Disponibiliza ao público a Política de Divulgação de Informações Relevantes (Lei 13.303/16, art. 8º, IV e §4º, e art. 1º, §1º). Peso 5

17. Divulga Relatório Integrado ou de Sustentabilidade (Lei 13.303/16, art. 8º, IX e §4º, art. 1º, §1º). Peso 5

18. Divulga a Política de Transações com Partes Relacionadas (Lei 13.303/16, art. 8º, VII e §4º, art. 1º, §1º). Peso 5

19. Divulga Política de Dividendos por canal acessível aos acionistas e ao público em geral (Lei 13.303/16, art. 8º, V e §4º, art. 1º, §1º). Peso 5

20. Mantém acessível ao público toda e qualquer remuneração de seus administradores e conselheiros (Lei 13.303/16, art. 8º, III e §4º, art. 12, I, art. 1º). Peso 5

21. Divulga as conclusões da análise realizada pelo CA sobre o atendimento das metas e dos resultados na execução do Plano de Negócios e da Estratégia (Lei 13.303/16, art. 23, §2º e §3º). Peso 5

**DIMENSÃO III: CONSELHOS, COMITÊS E DIRETORIAS – Peso 3**

Bloco 3.1 – Treinamento para Administradores – Peso 1

22. Os administradores (membros do Conselho de Administração e da Diretoria) recebem treinamento específico na posse (Lei 13.303/16, art. 17, §4º). Peso 1

23. Os administradores (membros do Conselho de Administração e da Diretoria) recebem treinamento específico anualmente (Lei 13.303/16, art. 17, §4º). Peso 1

Bloco 3.2 – Comitês – Peso 3

24. O Estatuto Social prevê Comitê de Elegibilidade Estatutário (Lei 13.303/16, art. 10 e 6º). Peso 5

25. O Estatuto Social prevê Comitê de Auditoria Estatutário (Lei 13.303/16, art. 9º, III, 6º). Peso 5

Bloco 3.3 – Requisitos e Vedações – Peso 3

26. O Estatuto Social estabelece os requisitos e vedações para administradores (Lei 13.303/16, arts. 17, 26, 1º, §1º, 6º e 16). Peso 5

27. O Estatuto Social estabelece os requisitos e vedações para conselheiros fiscais (Lei 13.303/16, arts. 17, 26, 1º, §1º, e 6º). Peso 5

28. O Estatuto Social estabelece os requisitos específicos para exercício dos cargos de Diretores (Lei 13.303/16, art. 13, II). Peso 5

29. O Estatuto Social estabelece os requisitos e vedações para a indicação dos membros do Conselho de Administração (Lei 13.303/16, arts. 1º, §1º, 16, § único, 6º, 17 e 26). Peso 5

30. O Estatuto Social estabelece requisitos e vedações para os membros do Comitê de Auditoria (Lei 13.303/16, art. 6º e 25). Peso 5

Bloco 3.4 – Membros Independentes – Peso 3

31. O Estatuto Social prevê formalmente a participação de membros independentes no Conselho de Administração (Lei 13.303/16, art. 22 e 6º). Peso 5

32. O Estatuto Social prevê formalmente a participação de membros independentes no Comitê de Auditoria Estatutário (Lei 13.303/16, art. 25 e 6º). Peso 5